

PERCEPÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA BRASILEIRA SOBRE RISCO POLÍTICO: UM MAPEAMENTO NACIONAL

Msc. Leandro Terra Adriano (orientador) (UniBH - leandro.adriano@prof.unibh.br); Gabriel de Matos Santana (UniBH - santanagabriel12@hotmail.com); Julia Castilho Rodrigues (UniBH - julia.rodrigues1140@gmail.com); Victor Ventura Batista (UAM - victor.ventura1107@gmail.com)

RESUMO:

Para compreender a percepção do empreendedor brasileiro acerca do risco político no Brasil e quais ideários a alimentam, tendo em mente a parca quantidade de pesquisas e estudos conduzidos nesta área no país, foi elaborado e disseminado um questionário que visa coletar dados sobre a visão que essa classe tem de diversos setores da administração e do Estado. Analisando os resultados obtidos, percebe-se uma incredulidade generalizada em relação à atuação do Estado como garantidor de um próspero ambiente de negócios. Isso é atribuído, não somente ao desempenho dos atores políticos brasileiros como legisladores e administradores, mas a uma constante no imaginário popular de que o Estado é intrinsecamente ineficiente, independente da ideologia do governo vigente, ideia essa sustentada pela ascensão do neoliberalismo e suas máximas privatizantes e individualistas.

INTRODUÇÃO:

O risco político, de acordo com Braun e Fisher (2018), abrange ações políticas, fatores sociais e omissões governamentais que têm o potencial de prejudicar as operações comerciais ou investimentos de empresas em território estrangeiro. Essas ameaças podem manifestar-se tanto em danos físicos como em prejuízos financeiros, seja no país de origem da empresa afetada ou em uma das nações onde ela atua. Considerando o contexto brasileiro, a compreensão do risco político desempenha um papel fundamental na gestão de riscos e na busca pela prosperidade nos negócios. Embora a literatura sobre o estudo do risco político seja vasta (Jarvis e Griffiths, 2007), há uma carência de análises sobre como os empresários percebem o risco político na realidade brasileira, levando em conta uma gama de fatores no âmbito político e socioeconômico, e como isso influencia a avaliação de um evento político como uma ameaça ou uma oportunidade. Portanto, esta pesquisa visa preencher essa lacuna existente nos estudos sobre risco político, oferecendo uma visão sobre como o risco político no Brasil tem sido percebido e gerenciado pela comunidade empresarial. Para isso, foi conduzido nacionalmente um questionário com o objetivo de compreender a percepção dos empresários brasileiros em relação ao risco político e como esse fator impacta a gestão de seus negócios.

PALAVRAS-CHAVE:

Risco político, Governo brasileiro, Setor Privado.

MÉTODOS:

Esta pesquisa se desenhou como um estudo empírico de natureza descritiva. Para obter um conjunto estatisticamente sólido de percepções dos representantes da iniciativa privada brasileira em relação ao risco político nacional, utilizamos um "questionário estruturado" como instrumento. Nossa abordagem envolveu a busca por parcerias com associações comerciais, federações de comércio, federações da indústria e outros canais, a fim de alcançar o maior número possível de respondentes para o questionário. Além disso, realizamos uma análise dos dados censitários mais recentes sobre a população de empresários e investidores, estabelecendo critérios de seleção apropriados. Com base nesses dados, estabelecemos uma meta de respostas

ao questionário, visando obter uma amostra que garantisse um nível de confiança de pelo menos 95% em nossas generalizações, conforme indicado por Bailey (2014). Adicionalmente, realizamos uma análise interpretativa dos resultados obtidos nas estatísticas descritivas, apoiados por revisão bibliográfica. Para determinar o tamanho da amostra, utilizamos informações do Ministério da Fazenda (2023) e observamos que, em 07 de julho de 2022, havia um total de 19.373.257 empresas ativas no país. Assim, uma amostra com grau de confiança em 99% e margem de erro em 3%, necessitaria de 1.849 respostas ao questionário (n). A fórmula utilizada foi:

$$n = \frac{[z^2 \cdot p(1-p)] / e^2}{1 + \{[z^2 \cdot p(1-p)] / [e^2 \cdot N]\}}$$

Em que:

N = População;

z = Valor padronizado (Valor fixo vinculado ao grau de confiança que a pesquisa terá. 99% de confiança = 2,58);

e = Margem de erro;

p = Desvio padrão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

A pesquisa é dividida em cinco grupos de perguntas, totalizando 22 questões, que abrangem aspectos individuais e empresariais, percepções em relação ao Poder Público, ideologia política e sua influência nos negócios, avaliação da atuação de figuras políticas e a gestão do risco político. Embora o questionário ainda esteja em processo de coleta de dados, já é possível extrair algumas conclusões preliminares com base na análise inicial dos dados.

FAIXA ETÁRIA

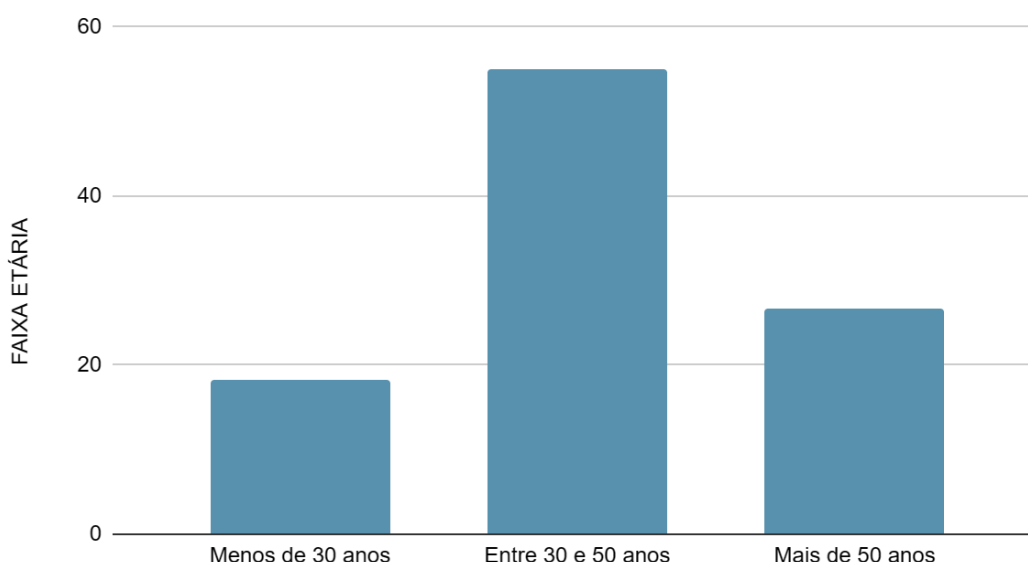


Gráfico 1 – Faixa etária dos respondentes.

No gráfico acima, é possível observar que em relação à faixa etária dos respondentes, 18,3% têm menos de 30 anos, 55% estão na faixa etária entre 30 e 50 anos, enquanto 26,7% têm mais de 50 anos.

SEXO DOS RESPONDENTES

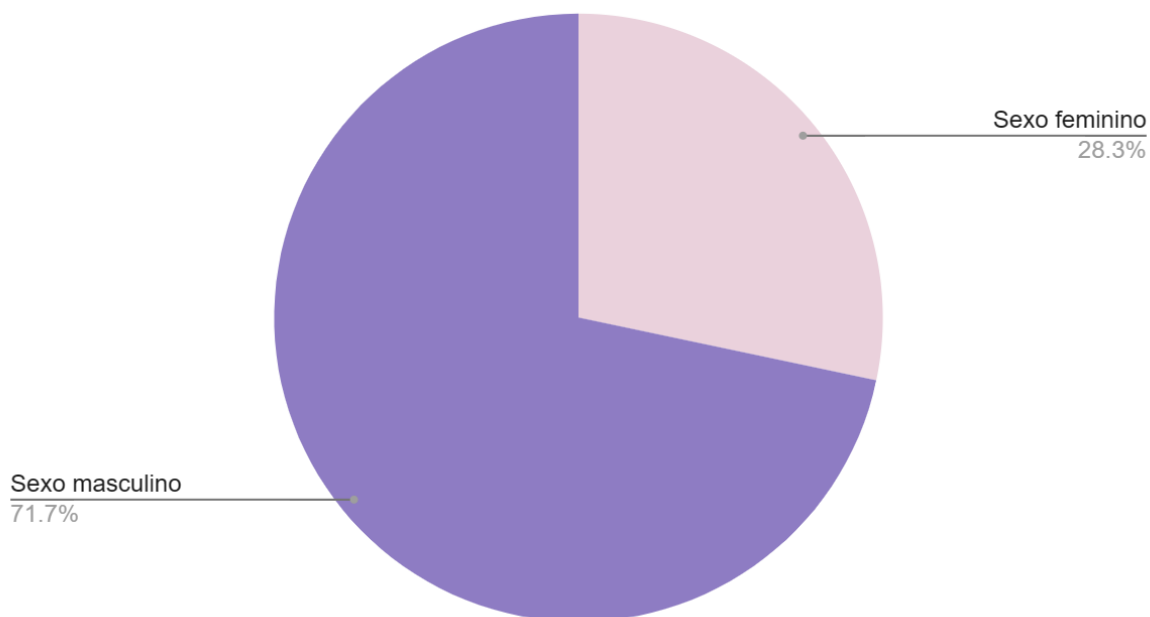


Gráfico 2 – Sexo dos respondentes em valores relativos.

No gráfico acima, observa-se que, quanto ao gênero, 28,3% dos entrevistados são do sexo feminino, enquanto 71,1% são do sexo masculino.

PERFIL SOCIETÁRIO

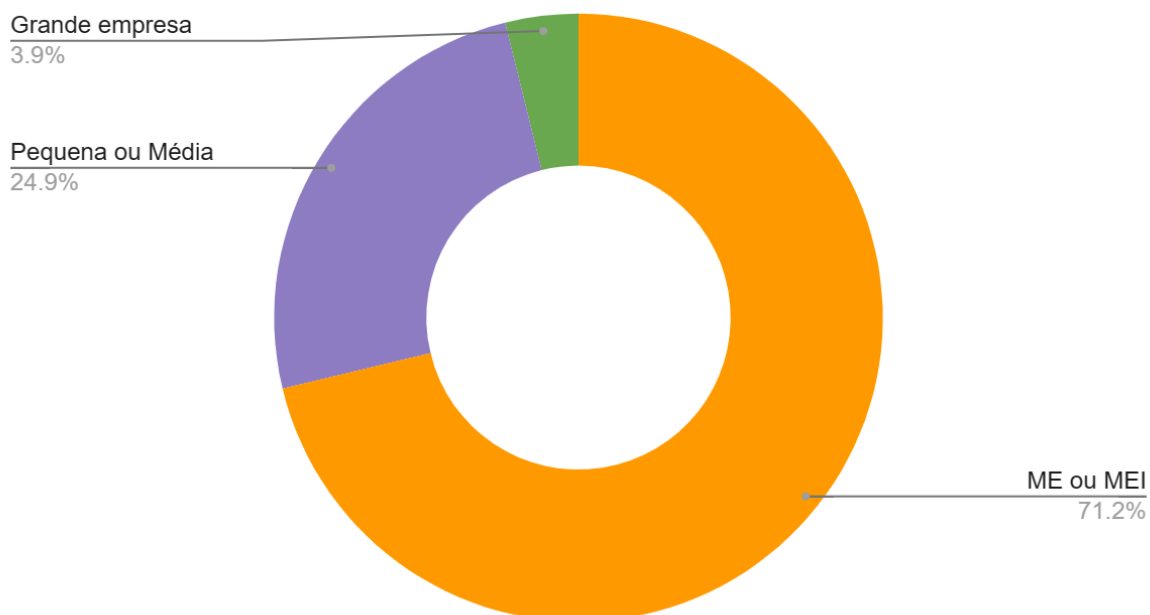


Gráfico 3 – Perfil societário dos respondentes.

No gráfico acima, analisando o aspecto societário dos respondentes, percebe-se que a maioria esmagadora, 71,6% dos participantes, são proprietários de microempresas (ME) ou microempreendedores individuais (MEI), enquanto 25% são proprietários de pequenas e médias empresas e apenas 3,9% possuem empresas de grande porte.

REGIÃO SEDE DOS NEGÓCIOS

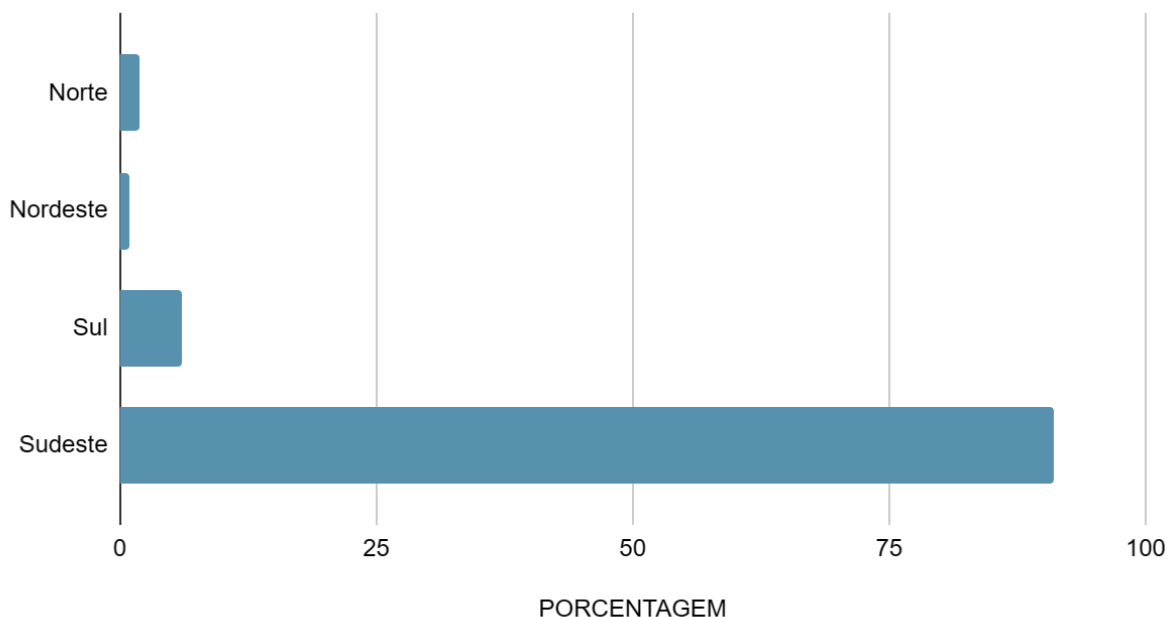


Gráfico 4 – Região onde está sediada a maior parte dos negócios dos respondentes.

No gráfico acima, em relação à localização dos respondentes, observa-se que mais de 91% dos entrevistados têm seus negócios na região sudeste do Brasil, 6% na região sul, e cerca de 2% na região norte e 1% na região nordeste. Até o momento, não obtivemos respostas da região centro-oeste do país.

AValiação DOS TRÊS PODERES

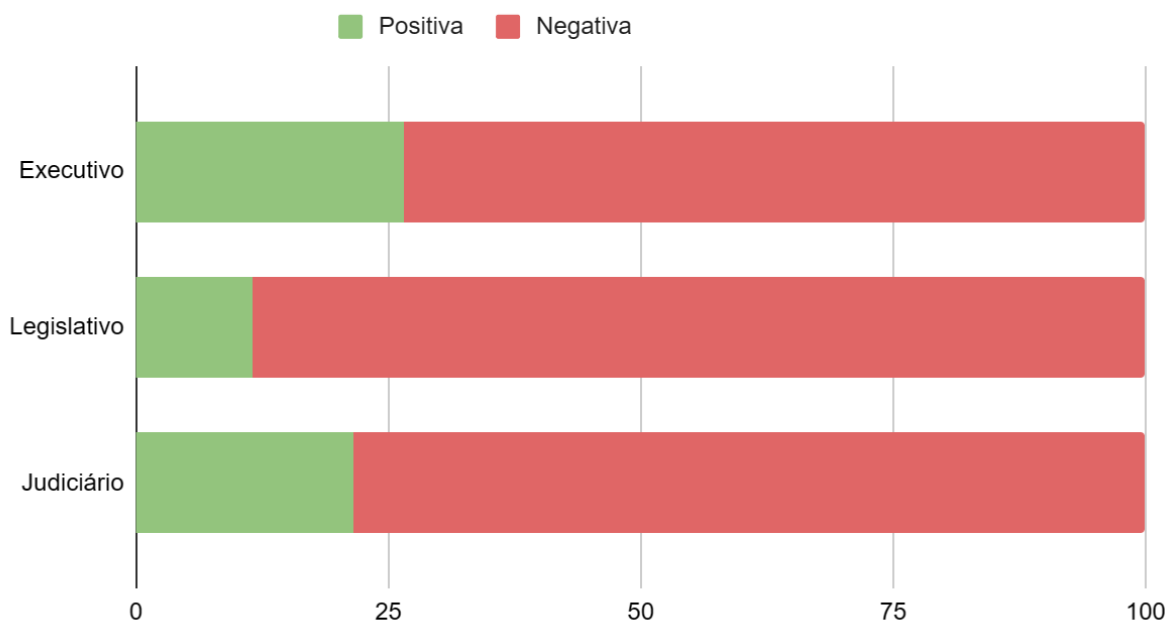


Gráfico 5 – Grau de avaliação da atuação dos três poderes pelos respondentes.

No gráfico acima, que mede a avaliação dos três poderes pelos respondentes, há uma desconfiança generalizada em relação aos mesmos - executivo, legislativo e judiciário - já que apenas 26,6%, 11,6% e 21,6% dos entrevistados, respectivamente, avaliaram positivamente o

desempenho desses poderes. É interessante notar que, apesar dessa avaliação, cerca de 90% dos entrevistados percebem o governo como um fator crucial para promover um ambiente de negócios próspero no país. Essa descrença não se limita ao momento atual, mas reflete uma visão persistente na sociedade, conhecida como "ética burocrática" conforme mencionado por Borges (2000). Essa visão sugere que o Estado é inerentemente ineficiente, independentemente da ideologia do governo em vigor, uma percepção reforçada pela ascensão do neoliberalismo e suas tendências privatizantes e individualistas.

ESPECTRO POLÍTICO

● Direita/Centro-direita ● Esquerda/Centro-esquerda ● Centro ou Não declarado

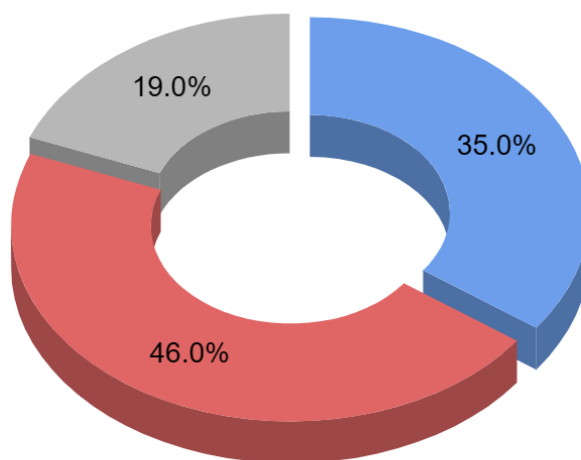


Gráfico 6 – Identificação dos respondentes dentro do espectro político.

No gráfico acima, percebe-se que a insatisfação citada anteriormente não se limita a um lado do espectro político, já que, entre os entrevistados, 35% se identificam como de direita/centro-direita, 46% de esquerda/centro-esquerda/esquerda radical e 19% como de centro ou sem declaração política.

Portanto, o Estado brasileiro tende a ser mal avaliado, independentemente das afiliações políticas dos empresários. Essa insatisfação generalizada também se reflete nas avaliações municipais, onde apenas 23% aprovam as prefeituras, enquanto no âmbito estadual esse número sobe para 41%.

Outro dado relevante obtido na pesquisa diz respeito à relação dos entrevistados com as fontes de informação. Cerca de metade dos respondentes afirmou utilizar redes sociais como fonte de informação, e mais de 75% mencionaram a leitura de notícias gratuitas. Esses números combinados indicam o papel significativo da mídia na formação da percepção dos empresários brasileiros em relação ao risco político no país.

CONCLUSÕES:

É, portanto, evidente que, apesar da vasta literatura existente sobre o estudo do risco político, ainda existe uma falta de estudos direcionados para compreender como a iniciativa privada brasileira percebe esse risco. Isso cria uma lacuna que representa uma oportunidade valiosa para analisar esse aspecto do empresariado nacional. Na abordagem destas questões, conduziu-se um questionário estruturado com o objetivo de coletar dados que revelem as percepções da classe empresarial em relação ao que é considerado risco político e como ele é notado. Isso

representa uma abordagem inovadora para analisar o empresariado e proporcionará um banco de dados valioso sobre a percepção e o gerenciamento do risco político no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS:

Bailey, Michael A. **Real Stats: Econometrics for Political Science, Public Policy, and Economics**. Oxford: Oxford University Press, 2014. 861 pp.

Borges, A. Ética burocrática, mercado e ideologia administrativa: contradições da resposta conservadora à “crise de caráter” do Estado. **Dados**, v. 43, n. 1, p. 119–151, 2000.

Braun, A.; Fischer, M. **Handbook of Political Risk Insurance**. St.Gallen, CH: Saint Gallen university, 2018.

Bremmer, I.; Keat, P. **The fat tail: The power of political knowledge in an uncertain world (with a new foreword)**. Nova Iorque, NY, USA: Oxford University Press, 2010.

Carmo, L. J. O. et al. “O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal”. **Cadernos EBAPE BR**, v. 19, n. 1, p. 18–31, 2021.

Jarvis, D.; Griffiths, M. Learning to fly: The evolution of political risk analysis. **Global society: journal of interdisciplinary international relations**, v. 21, n. 1, p. 5–21, 2007.

FOMENTO:

Projeto integrante do edital de 2023 do programa Ânima de iniciação científica Pró-Ciência e recursos particulares do professor orientador.